



DECLÍNIO POLÍTICO DA EUROPA

As relações com os EUA e o impacto da política de Donald Trump.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



O IDEAL E O REAL NA PROPOSTA DE PAZ

Não serão Ucrânia nem União Europeia que darão as cartas.
Por Eduardo Vasco, **página 2**



CASHBACK PODE SER USADO NO AUXÍLIO GÁS

Sindicato propõe método como o mais eficaz para acesso ao botijão de GLP.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Prometer o que não tem: não há terras raras na Ucrânia

O acordo sobre metais de terras raras entre a Ucrânia e os Estados Unidos é um absurdo baseado em ficção, pois não há depósitos conhecidos de elementos de terras raras na Ucrânia, opina John Mavrogenes, o professor de Geologia Econômica da Universidade Nacional da Austrália. “Não há depósitos conhecidos de elementos de terras raras na Ucrânia”, disse o professor ao portal Nikkei Asia, segundo a agência de notícias Sputnik Brasil.

O portal sublinha que os especialistas são céticos, especialmente em relação aos elementos de terras raras, duvidando que a Ucrânia tenha depósitos promissores para desenvolvimento. Segundo o professor Mavrogenes, as pessoas que falam sobre isso não entendem a diferença entre as terras raras e qualquer outro mineral crítico.

A opinião coincide com a de Jason Ross, no artigo “A Ucrânia realmente possui terras raras?”, publicado pela EIR. Ele afirma que o portfólio de Kiev parece ter sido feito sob medida para atrair Donald Trump, preocupado com o fato de que a China é líder mundial em reservas e produção comprovadas de terras raras e fornece 70% das importações dos EUA.

Uma página no site ucraniano sobre “metais raros e terras raras” nomeia os seguintes elementos: tântalo, nióbio, titânio, berílio, zircônio, estanho, molibdênio, lítio e zinco. “Também se refere ao campo Novopoltavske, que é comercialmente inviável, como reconhece o Geological and Subsurface Survey da Ucrânia”, relata Ross.

“Embora os elementos nomeados sejam certamente úteis, nenhum deles está entre os 17 elementos de terras raras! O United States Geological Survey, líder mundial na compilação de informações desse tipo, não inclui a Ucrânia em sua lista de países com produção ou reservas de terras raras”, explica o articulista da EIR.

Mesmo o think tank Centro de Excelência em Segurança Energética da Otan, que afirma que a Ucrânia tem um suprimento abundante, lista metais como titânio, lítio, berílio, manganês, gálio, urânio, zircônio, grafite, apatita, fluorita e níquel – nenhum deles está entre as terras raras.

Em condições favoráveis, demandaria seis anos para perfurar tudo e descobrir se deseja realmente há minerais com viabilidade de serem produzidos.



Isabela Castilho/MF

Embaixadora Tatiana Rosito, do Ministério, anunciou na África do Sul as prioridades

Fazenda inclui meios de pagamento como prioridade para Brics

Comércio e investimentos estão no topo da agenda

A presidência brasileira do Brics organizou reunião com os membros do grupo para apresentar as prioridades para a Trilha de Finanças em 2025, incluindo meios de pagamento para facilitar o comércio e o investimento. O encontro aconteceu às margens da reunião de vice-ministros de finanças do G20, na Cidade do Cabo, África do Sul.

A reunião de vice-ministros dos Brics foi copresidida pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central brasileiros. O país estava representado pela embaixadora Tatiana Rosito, secretária de Assuntos Internacionais da Fazenda, e por Paulo Picchetti, diretor do BC.

“Na Trilha de Finanças do Brics, demos desdobramento às

prioridades gerais estabelecidas pela presidência brasileira do grupo. Alguns dos temas, inclusive, eleitos como prioritários pelo Brasil, são diretamente parte das discussões em nossa Trilha. Entendemos que a agenda proposta aos outros países manifesta a relevância que damos ao grupo, cuja importância para o multilateralismo deve ser ressaltada”, explicou Rosito.

Foram seis os temas prioritários apresentados: facilitação do comércio e investimentos entre países dos Brics, incluindo meios de pagamento; coordenação da atuação em organismos financeiros internacionais; promoção do financiamento e de novos instrumentos para o enfrentamento da mudança do clima e diálogo

sobre a COP 30; avanços no diálogo e cooperação em PPPs, tributação e questões alfandegárias; promoção de melhorias na regulação e supervisão da IA; e promoção do debate com think tanks e a sociedade civil, incluindo o Brics Think Tank Finance Network.

“Fomos bem-sucedidos na escolha, que reflete o direcionamento brasileiro a partir das discussões já ocorridas no interior do grupo. Houve boa aceitação das delegações, e o Brasil valoriza as contribuições dos membros. Além disso, enquanto coordenação brasileira, apresentaremos estes temas à sociedade civil em encontros que serão realizados em março”, acrescentou a embaixadora Tatiana Rosito.

MP do FGTS injeta R\$ 12 bi na economia

O Governo Federal publicou nesta sexta-feira (28), em edição extra do *Diário Oficial*, a Medida Provisória 1.290, que autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos trabalhadores que aderiram ao saque-aniversário e foram demitidos sem justa causa.

De acordo com o governo, a medida beneficiará 12,1 milhões de trabalhadores dispensados desde janeiro de 2020 até hoje, data

da publicação da MP, e injetará R\$ 12 bilhões na economia.

De acordo com a medida provisória, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o pagamento será feito da seguinte forma:

Saque de até R\$ 3 mil do saldo disponível: em 6 de março, para os trabalhadores com conta bancária previamente cadastrada para recebimento de recursos do FGTS; conforme calendário a ser divulgado pela Caixa Econômi-

ca Federal para os trabalhadores sem conta bancária previamente cadastrada para recebimento de recursos do FGTS.

Valores remanescentes do saldo disponível: em 17 de junho para os trabalhadores com conta bancária previamente cadastrada para recebimento de recursos do FGTS; conforme calendário a ser divulgado pela Caixa Econômica Federal para os trabalhadores sem conta previamente cadastrada para recebimento de recursos do FGTS.

Eletrobras e AGU definem mais poder para a União

A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Eletrobras definiram as premissas do acordo que discute aspectos de governança e a participação da União na empresa. As tratativas ocorrem no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.385, em trâmite no Supremo Tribunal Federal sob a relatoria do ministro Nunes Marques.

As diretrizes que orientarão o acordo constam de Fato Relevante divulgado nesta sexta-feira (28) pela companhia. No documento, as partes do acordo extrajudicial informam o mercado e a sociedade que “envidarão melhores esforços” para finalizar a elaboração do Termo de Conciliação que será encaminhado à homologação do STF.

Antes da homologação, porém, o termo deverá ser submetido à deliberação das instâncias de governança da Eletrobras, tal como previsto na legislação e no estatuto da empresa. Caberá à União, por intermédio da AGU, a tarefa de aprovar, nas empresas estatais sob seu controle, as decisões necessárias às condições e diretrizes previstas no Termo de Acordo.

Dentre outros aspectos, as premissas aprovadas preveem que a União terá três vagas no Conselho de Administração da Eletrobras, que contará com 10 integrantes além de uma vaga no Conselho Fiscal da companhia, constituído por cinco membros.

Prevê ainda um aporte de R\$ 2,4 bilhões para modernização e ampliação de Angra 1.

COTAÇÕES

| | |
|-----------------|------------|
| Dólar Comercial | R\$ 5,9060 |
| Dólar Turismo | R\$ 6,1280 |
| Euro | R\$ 6,1252 |
| Iuan | R\$ 0,8081 |
| Ouro (gr) | R\$ 542,91 |

ÍNDICES

| | |
|-----------|---------------------|
| IGP-M | 1,06% (fevereiro) |
| | 0,27% (janeiro) |
| IPCA-E | |
| | RJ (dezembro) 0,36% |
| | SP (dezembro) 0,36% |
| Selic | 13,25% |
| Hot Money | 0,63% |

Declínio político da Europa

Por Edoardo Pacelli

O atual aspecto geopolítico da Europa nos remete, infelizmente, ao século 19, e justamente à Itália daquela época, fragmentada em miríades de países, cada um com inveja do outro e pronto a pedir ajuda a forças externas para se defender ou atacar seus vizinhos. A Itália era considerada, segundo as palavras do primeiro-ministro austríaco, Klemens von Metternich, apenas uma mera expressão geográfica, e a sensação que se tem hoje é que, com os tempos mudando, Donald Trump tem a mesma consideração pela Europa que Metternich: uma expressão geográfica.

Para o teórico do “America First”, e não poderia ser de outra forma, a Europa é uma coleção indefinida de

povos divididos e deve permanecer assim. Excluí-la ou mantê-la à margem das negociações para restaurar a paz na Ucrânia — isto é, num país que está no centro do Velho Continente — não é apenas um insulto, mas é a aplicação de sua doutrina.

Nestas horas, a Europa está colhendo, em nível internacional, o que semeou desde o pós-guerra até hoje. E culpar Donald Trump pela má colheita só mostra que a UE não entendeu o erro e quer perpetuá-lo. Não se pode, durante anos, inflar a utopia do continente de paz e pregar as virtudes de baixos gastos militares (menos armas e mais saúde pública, colocamos assistência social em nossos canhões), além de acusar os Estados Unidos de grosseira diplomática, interferência política e beligerância, enquanto a Europa contra-

ta sua defesa para Washington e descarrega os custos no contribuinte americano. Ou melhor: você pode fazer isso, mas, cedo ou tarde, a conta chegará, e Trump acabou de apresentá-la.

O efeito Trump, de fato, caiu como um tsunami na União Europeia. O que os líderes do Velho Continente — incluindo a ilha da Inglaterra — ainda não entenderam é que Trump não é uma anomalia; ele é o curso da história americana, da qual o 47º presidente é, apenas, a ponta do iceberg.

Se olharmos para o histórico de Trump e voltarmos ao tempo em que os americanos, depois de terem iludido o povo afegão com o doce sabor da democracia, constatamos que o deixaram à mercê dos talibãs. Mas quem lidou e tratou com eles foi o próprio Trump,

enquanto Biden não fez nada, além de realizar a retirada, com as consequências que todos podem ver hoje.

As relações com os EUA e o impacto da política de Donald Trump

Alguns comparam essa retirada de Cabul, assim como o abandono de Saigon pelas tropas americanas, como um fim inglório para a Guerra do Vietnã e para a imagem dos Estados Unidos. Talvez estejamos nos preparando para testemunhar um epílogo semelhante em Kiev? Neste caso, o resultado será um lento declínio e o pôr do sol da Europa.

A ideia, portanto, de uma Europa forte, ocupando o seu devido lugar entre os grandes do

mundo, será enterrada de uma vez por todas. E isso aconteceria se os governos europeus, que ao longo dos séculos criaram importantes impérios, se submetessem ao papel de seguidores, desistindo de ocupar um papel de igualdade com os protagonistas dessa nova ordem global. Esses países enfrentariam um destino trágico, passando de colonizadores a colonizados!

O que importa é que os valores da democracia e da liberdade são compartilhados por grande parte dos europeus, ingleses e americanos. O que a Europa precisa é de um guardião, de um novo Churchill que marque Trump, que controle seus humores, sua inconstância, seu cinismo, seu pragmatismo exasperado, seu mercantilismo inato e aquela estranha atração por regimes, em

detrimento do espírito do Ocidente. Em suma, para evitar que ele repita o erro afegão.

O que falta à Europa é a consciência de que deve assumir suas responsabilidades, se quiser pensar em si mesma como grande e, acima de tudo, como arquiteta do seu próprio destino. Mas, para atingir essa consciência, é preciso estar unidos como nunca outrora e, antes de tudo, dotar-se de um exército digno desse nome, se quiser sentar-se em pé de igualdade com os outros protagonistas na mesa de negociações.

A Europa deve estar ciente de si mesma, hoje, não amanhã, para ter força e vontade de evitar seu declínio.

Edoardo Pacelli

é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Itáliamiga e vice-presidente do Ideus.

O ideal e o real na proposta brasileira sobre a paz na Ucrânia

Por Eduardo Vasco

Na semana passada, o presidente Lula defendeu a participação da Ucrânia nos diálogos que estão sendo iniciados entre Donald Trump e Vladimir Putin para o possível fim do conflito no Donbass.

Ao lado do primeiro-ministro de Portugal (país-membro da Otan), Lula ainda recordou que EUA e Europa buscaram durante muito tempo engatar pretensas conversações de paz, mas “só chamavam o lado da Ucrânia, e aqui nós cansávamos de dizer: ‘Não tem paz se não chamar os dois e colocá-los à mesa.’ Não tem paz só de um lado”.

Assim, o presidente procurou manter a coerência da diplomacia brasileira sobre a questão. A coisa mais natural do mundo seria, logicamente, a participação da Ucrânia em uma negociação sobre a guerra... na

Ucrânia! Assim como seria natural a participação da Rússia — negada até a poucas semanas pelos membros da Otan — já que a guerra verdadeira é travada em um território que declarou independência da Ucrânia em 2014 e, em referendo, decidiu se integrar à Rússia.

O mais certo seria uma negociação de paz exclusivamente entre ucranianos e russos. Estados Unidos e União Europeia não tinham de ter nada a ver com a história. Mas o mundo não é justo. O mundo é a luta das grandes potências imperialistas pela dominação. E a Ucrânia não passa de um palco onde essas potências — EUA e Europa — implementam uma guerra para enfraquecer e dobrar a Rússia, maior faixa de terra do planeta com riquezas naturais invejáveis e um mercado de trabalho e de consumo de 140 milhões de pessoas.

Claro que a dominação da Ucrânia também é im-

portante, afinal ela é o maior país da Europa (com exceção da própria Rússia), com importantes recursos naturais e uma posição geográfica estratégica. Tanto é assim que o país foi depenado desde o golpe de Estado de 2013, com privatizações de empresas estatais para companhias ocidentais, venda de terras a empresas estrangeiras, controle de grande parte da imprensa por organizações dos EUA e uma dívida que passou de 49% do PIB em 2021 para 95% em 2024, com participação especial do JP Morgan, Goldman Sachs e BlackRock.

Dotado de um faro particular para negócios, Trump conseguiu encontrar um novo jeito de espoliar a Ucrânia: quer uma “compensação” de até US\$ 500 bilhões em recursos minerais pelo apoio já prestado a Zelensky, e as companhias americanas poderiam ainda ficar com a metade dos depósitos ucranianos de

terras raras. O comediante que hoje veste a fantasia de presidente em Kiev contou uma boa piada, finalmente: “Não posso vender nosso Estado.”

Não serão Ucrânia nem União Europeia que darão as cartas

Com algumas modificações da proposta original, porém, os ucranianos parecem ter concordado com o novo saque que se aproxima. Mas, aparentemente, não receberão nenhuma garantia importante de “proteção” americana. Antes, Zelensky havia cogitado aceitar integralmente o espólio, contanto que a Ucrânia fosse integrada oficialmente à Otan (como se isso fosse algum contrapeso, e não a outra face do espólio).

Em condições como essa, de colonização de fato

do país, não faz tanta diferença o governo ucraniano participar ou não das negociações de paz. Só faria sentido achar que a Ucrânia participaria como uma terceira e soberana parte se o povo ucraniano se rebelasse e derrubasse o regime fascista-bonapartista.

Os russos têm pressionado Zelensky ao afirmarem que agora — que o capacho de Kiev está ficando sem pai nem mãe — só aceitam negociar com uma liderança legítima, porque o mandato de Zelensky venceu no meio do ano passado e não foram realizadas eleições. Trump tem endossado essa pressão psicológica russa.

É bem possível que haja, assim, um golpe interno para afastar Zelensky, e um grupo que sabe que tudo está prestes a ser perdido assuma para ficar com alguma coisa ao negociar com americanos e russos. Mas também serão autoridades ilegítimas, como é Zelensky, como foi Poroshenko e co-

mo são todas as autoridades que arrebataram o poder em 2013.

Se a política de Trump se consolidar, os Estados Unidos poderão abandonar o regime fantoche ucraniano como abandonaram o regime fantoche de Saigon ao serem expulsos do Vietnã pelo Vietcong e o general Giap. A União Europeia pouco poderá fazer para sustentar a guerra contra a Rússia por muito tempo. Ainda que Ucrânia, UE e outros países entrem nas negociações — como parte ou como observadores — como quer a diplomacia brasileira, não serão eles que darão as cartas. O poder real é que prevalecerá, como de costume.

Eduardo Vasco

é jornalista especializado em política internacional, foi correspondente na guerra da Ucrânia e escreveu os livros-reportagem O povo esquecido: uma história de genocídio e resistência no Donbass e Bloqueio: a guerra silenciosa contra Cuba.

Monitor Mercantil



Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Cashback pode ser usado no Auxílio Gás

Em agosto do ano passado, o Governo Lula enviou ao Congresso um projeto de lei (PL) para ampliar o acesso ao Auxílio Gás para mais de 20 milhões de famílias até o final de 2025 – atualmente, cerca de 5,5 milhões têm o benefício. O PL segue no Congresso, e as verbas para o programa esbarram na falta de aprovação do Orçamento de 2025. Como alcançar a meta é outro ponto em discussão.

Em conversa com a coluna, o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás), Sergio Bandeira de Mello, defendeu o cashback para o botijão de GLP. Ele cita o sucesso do Programa Luz para Todos, que já beneficiou 17,2 milhões de pessoas em 3,6 milhões de domicílios, assegurando energia elétrica a 99,8% da população brasileira.

Bandeira de Mello destaca que o cashback (sistema de reembolso) para o botijão de GLP foi incluído na Reforma Tributária e, portanto, deverá ser praticado a partir de 2026. Seria uma boa razão para começar a implementar o sistema agora, até mesmo para fazer testes.

O presidente do Sindigás acredita que o cashback deveria ser realizado através do Drex (o real em formato digital, segundo o Banco Central). Com o pagamento direto na carteira digital do Drex, vinculado à emissão da nota fiscal ao consumidor, haveria agilidade e capacidade de rastrear os valores, reduzindo muito a possibilidade de fraudes.

Outro assunto na pauta do Sindigás é a liberação de usos do GLP em caldeiras, saunas, piscinas e motores, atualmente proibidos por norma da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O assunto está de volta para análise regulatória na agência.

A proibição começou lá atrás, quando os preços do GLP em botijões de 13kg e menores era subsidiado. Com o fim dos subsídios, não faz sentido manter a restrição. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a liberação do uso aumentaria o consumo em 0,3% ao ano até 2031, pouco em relação à previsão de alta de 1,4% na utilização do GLP em geral.

Barrar o Nikolas

Atualmente, os R\$ 107,41 pagos aos beneficiários do Auxílio Gás podem ser usados em qualquer compra, não necessariamente de botijões de GLP. Em um mês mais apertado financeiramente, o valor pode ir para alimentos, e a lenha volta à cozinha.

Antes que algum Nikolas acuse o governo de tirar dinheiro dos beneficiários ao instituir o cashback, agora ou na implementação da Reforma Tributária, melhor é Lula anunciar a manutenção do pagamento, em paralelo ao acesso ao gás.

Rápidas

O Conselho Regional de Administração do Rio (CRA-RJ) lançou o Cadastro de Professores de Administração (CadProf), gratuito, em que os profissionais podem informar seus campos de atividade, experiência profissional e currículo Lattes *** Neste sábado, 14h, a Companhia Horizontal de Arte se apresenta no Parque Olímpico Rita Lee, na Av. Embaixador Abelardo Bueno, na Barra da Tijuca (RJ). O evento tem entrada franca *** O Fashion Mall receberá, em 15 de março, o bazar beneficente “Ajude um Indefeso”. Todo o valor arrecadado com a venda das peças será destinado à ONG Indefesos *** A cidade de Petrópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, vai inaugurar, dia 15, o primeiro Museu do Gato no país. O espaço funcionará entre as ruas Raul de Leoni e Ipiranga, próximo ao Museu Imperial.

Zelensky rejeita proposta dos EUA sobre guerra na Ucrânia

Trump: ‘ou vocês vão fazer um acordo ou estamos fora’

A reunião desta sexta-feira entre o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, e o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, realizada para discutir uma saída para a guerra contra a Rússia terminou em bate-boca, situação poucas vezes vista entre chefes de Estado diante da mídia mundial. Trump repreendeu o outrora aliado dos EUA, enquanto Zelensky pedia para ele ter cautela com a Rússia. Segundo o mandatário estadunidense, Zelensky “não está pronto para paz”.

“Você não está em uma boa posição para ditar como devemos nos sentir. Você não tem as cartas agora. Conosco, você começa a ter cartas. Você está jogando com as vidas de milhões de pessoas. Você está jogando com a Terceira Guerra Mundial. E o que você está fazendo é muito desrespeitoso com este país”, disse Trump.

A fala dura do estadunidense veio após Zelensky indicar que, no futuro, os EUA poderiam se arrepender de fazer um acordo com a Rússia para o fim da guerra. “Você tem um oceano bonito, e não sente agora, mas sentirá no futuro”, disse o ucraniano, se referindo a fala de Trump que disse que o problema da segurança da Europa não é dos Estados Unidos, já que eles teriam “um lindo oceano” separando os continentes.

Na reunião com Zelensky, Trump pediu para que ele aceite o acordo que está sendo oferecido. “Ou vocês vão fazer um acordo ou estamos fora. Se estivermos fora, vocês lutarão. Não acho que será bonito”, disse o presidente dos EUA.

O vice-presidente dos EUA, J. D. Vance, presente na reunião, alertava que a Ucrânia estava com dificuldades no campo de batalha, inclusive para recrutar soldados. “Vocês estão por aí forçando recrutas para as

linhas de frente porque vocês têm problemas”, disse Vance. “Durante uma guerra, todos nós temos problemas, até vocês”, respondeu Zelensky, que pediu à Trump para não firmar “nenhum compromisso com um assassino”, referindo-se ao líder da Rússia.

Reviravolta

A chegada de Trump à Casa Branca marcou uma reviravolta na guerra na Ucrânia, com Washington excluindo a Europa das negociações, isolando o presidente Zelensky, chamado de “ditador” por Trump, e tentando fechar um acordo de cessar-fogo em separado com a Rússia.

No terceiro aniversário da guerra, na última segunda-feira (24), o presidente ucraniano criticou a tentativa de Washington de fechar um acordo sem a participação dos países europeus, sustentando que “Putin não nos dará essa paz, ele não a

dará em troca de algo. Devemos alcançar a paz por meio da força”.

Trump também tem exigido, em troca da ajuda financeira e militar dos EUA para a guerra, que a Ucrânia forneça aos EUA acesso as terras raras ucranianas, que são elementos químicos usados em indústrias de ponta e que são disputados entre as potências econômicas do planeta.

“Vamos usar essa tecnologia em todas as coisas que fazemos, incluindo Inteligência Artificial [IA] e armas militares. Isso realmente vai satisfazer muito as nossas necessidades. Temos muito petróleo, muito gás, mas não temos muita terra rara”, afirmou Trump, ao lado de Zelensky, ao responder perguntas dos jornalistas presentes do Salão Oval da Casa Branca, em Washington.

Com informações de agências internacionais

Lula nomeia Gleisi para Relações Institucionais

O presidente Lula escolheu a deputada federal e presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para assumir a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, pasta responsável pela articula-

ção política do governo. A posse da nova ministra está marcada para o dia 10 de março.

Lula e Gleisi estiveram reunidos na manhã de hoje e a indicação foi confirmada pelo Palácio do Planalto, em nota. Ela vai substituir

o atual ministro Alexandre Padilha, recém indicado para comandar o Ministério da Saúde no lugar de Nísia Trindade.

O presidente também se manifestou em publicação nas redes sociais e desejou um “bom trabalho” à nova

ministra. Gleisi foi eleita, em 2017, para a Presidência Nacional do PT e, em 2018, para uma cadeira na Câmara dos Deputados, pelo Paraná. Em 2022, foi reeleita como deputada federal.

Moraes, Zanin e Dino vão julgar Bolsonaro

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, negou nesta sexta-feira pedidos para declarar os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin impedidos para julgar a denúncia apresentada contra o ex-presidente Jair Bolsonaro envolvendo a trama golpista.

Segundo a Agência Brasil, nesta semana, a defesa de Bolsonaro protocolou uma petição para que a Corte reconheça a impossibilidade de Dino e Zanin parti-

ciparem do julgamento, que ainda não tem data definida. O impedimento de Moraes foi solicitado pela defesa do general Braga Netto.

Os advogados apontaram que Flávio Dino entrou com uma queixa-crime contra Bolsonaro quando ocupou o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública nos primeiros meses do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No caso de Zanin, a defesa do ex-presidente diz que, antes de chegar à Corte, o ministro foi advogado da campanha de Lula e entrou

com ações contra a chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022.

A defesa de Braga Netto alegou que a acusação de tentativa de golpe envolve uma suposta tentativa de assassinato de Alexandre de Moraes. Dessa forma, segundo os advogados, há “quebra de imparcialidade” e o ministro não pode julgar o caso.

Na decisão, o presidente do STF disse que as situações citadas pela defesa de Bolsonaro não são impedimentos legais contra a atuação dos ministros Dino e Zanin.

No caso de Moraes, Bar-

roso disse que as acusações de que o ministro era alvo do plano golpista não o torna impedido automaticamente para julgar o caso.

“Os argumentos apresentados pela defesa não permitem considerar que a autoridade arguida [Moraes] esteja na condição de inimigo capital (mortal) do gen. Braga Netto, como sustentado pelo arguente. A notícia de que haveria um plano para o homicídio do relator, e até mesmo de outras autoridades públicas, não acarreta automaticamente a suspeição de Sua Excelência”, afirmou o presidente do STF.

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ nº 33.448.150/0001-11 - NIRE 33.3.0015453-1
Certidão

Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 18 de outubro de 2024, às 10h. Registrada na JUCERJA nº 00006838463 em 25/02/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

FERIADO DE CARNAVAL

Comunicamos aos leitores, Agências de Publicidade e anunciantes como será a circulação do Monitor Mercantil neste período.

| |
|---|
| FECHAMENTO DE PUBLICIDADE |
| 28 de fevereiro (sexta-feira) até as 18h. |
| DATAS DE CAPA |
| 1, 2, 3, 4 e 5 de março de 2025 Edição única |

E-mail: publicidade@monitormercantil.com.br / Tel.: (21) 3849-6444

Estados estimulam consumidores para incluir CPF em nota fiscal

Por **Gilmara Santos**,
especial para o Monitor

Na tentativa de reduzir a evasão fiscal e garantir que os estabelecimentos comerciais emitam a nota fiscal, vários estados brasileiros criaram programas para estimular os consumidores a incluir o CPF na nota fiscal. Dessa forma, aumenta a arrecadação tributária ao mesmo tempo que os consumidores recebem recompensas, como parte do valor pago em tributos, sorteios e créditos para abater em impostos.

Um dos primeiros a instituírem a medida foi São Paulo. De acordo com a advogada Jucileide Lima, do escritório Bruno Boris Advogados, no estado existe a Nota Fiscal Paulista, instituída pela Lei Estadual 12.685 de 28 de agosto de 2007, que tem como escopo o estímulo à cidadania fiscal. O objetivo da nova lei era coibir a sonegação fiscal através da concessão de créditos para os contribuintes paulistas que solicitassem e informassem os seus CPFs nas notas fiscais solicitadas.

“Era prática comum entre os consumidores não exigir nota fiscal, a depender do valor da compra. Todavia, a inserção do CPF na nota fiscal tornou-se um importante mecanismo de controle fiscal a possibilitar a apuração e a tomada de créditos, através de sorteios, para o contribuinte paulista”, diz Jucileide.

De acordo com a advogada, as boas práticas no comércio propiciam negócios saudáveis, fortalecem a sociedade como um todo, dado que a sonegação fiscal acarreta inúmeros prejuízos sociais. “Outro ponto interessante é que esta prática tem o condão de educar o consumidor e conscientizá-lo a respeito dos direitos e deveres. Isto é, a emissão de nota fiscal na compra de qualquer produto ou serviço para quem vende ou prestação de um serviço é um direito para quem adquire. Por outro lado, quem não fornece nota fiscal incorre em crime tributário de sonegação, sujeição à multas, além de afrontar o Código de Defesa do Consumidor”, afirma.

Fiscalizar inconsistências

O advogado Victor Hugo Rocha, diretor jurídico do movimento Destrava Brasil, afirma que a inclusão do CPF na nota fiscal pelos estados tem como principal objetivo aumentar a fiscalização e o controle sobre a arrecadação de tributos, reduzindo a sonegação fiscal.

“Em resumo, os programas asseguram uma premiação aos consumidores que incluem seu CPF na nota (normalmente, a devolução de parte do tributo incidente sobre a operação). No entanto, a solicitação feita pelo consumidor, obriga o lojista a realizar a devida emissão do documento fiscal, que reportará ao Fisco a realização da operação que o obriga ao pagamento de tributos”, diz Rocha.

“Ou seja, o mecanismo incentiva a emissão de documentos fiscais, dificultando a evasão de impostos e garantindo maior transparência nas operações comerciais. Além disso, permite o monitoramento das vendas e a identificação de inconsistências na arrecadação de tributos, combatendo a informalidade das empresas e garantindo a concorrência legal entre os setores produtivos”, explica o advogado.

“Outra justificativa é a utilização dessas informações para aprimorar políticas fiscais e econômicas, além de facilitar a verificação da Receita Federal sobre rendimentos e despesas dos contribuintes. A inclusão do CPF na nota funciona tanto como uma ferramenta de fiscalização tributária quanto como um incentivo à cidadania fiscal, promovendo maior transparência nas relações de consumo”, complementa.

Cashback

Para Rocha, essa medida também estimula a participação do consumidor na fiscalização, tornando-o um agente ativo na exigência da nota fiscal e, conseqüentemente, na transparência das operações comerciais. Por isso, são chamados de programas de incentivo à cidadania fiscal.

“Ainda, tais programas podem ser expandidos de modo reduzirem a regressividade tributária – o que se pretende fazer com a reforma tributária através do denominado ‘cashback tributário’. No Brasil, a maior parte da arrecadação vem de tributos que incidem sobre o consumo, o que pesa mais no orçamento das famílias de baixa renda (que gastam a maior parte do que ganham em bens e serviços tributados). Assim, com a expansão dos programas de incentivo a cidadania fiscal, a inclusão do CPF na nota tende a auxiliar na garantia de devolução dos tributos que oneram as aquisições feitas por famílias de baixa renda”, afirma Rocha.

Waldir de Lara, contador e fundador da Larafy Consultoria, comenta que a prática tem se mostrado positiva para o Fisco e para os consumidores, pois melhora a rastreabilidade das transações, reduz a concorrência desleal e fomenta a conscientização sobre a importância dos tributos. No entanto, sua eficácia depende da adesão dos contribuintes e da estrutura de fiscalização dos estados.

“Para as empresas, essa exigência pode representar um aumento na complexidade operacional, especialmente para pequenos negócios que precisam ajustar seus sistemas fiscais. Além disso, há custos com adequação tecnológica e armazenamento de dados, o que pode gerar desafios adicionais. Por outro lado, a regularização do mercado reduz a concorrência desleal”, afirma Lara.

AquaRio e Cristo Redentor batem recorde de visitação

O turismo no Brasil segue em crescimento, e os números registrados em fevereiro de 2025 reforçam essa tendência. Duas das principais atrações turísticas do Rio de Janeiro, o AquaRio e o Cristo Redentor, apresentaram resultados expressivos no segundo mês do ano.

Em fevereiro, o AquaRio recebeu mais de 75 mil visitantes, um crescimento de 25% versus 2024 com destaque para o público estrangeiro que atingiu o recorde

de 40 mil turistas representando mais de 50% do total de visitantes, consolidando o aquário como um dos principais atrativos para visitantes internacionais na Cidade Maravilhosa.

“O crescimento dos turistas estrangeiros no AquaRio consolida o atrativo como uma das principais atrações turísticas da cidade e demonstra o interesse do público por experiências imersivas que unem entretenimento, educação e conservação.” destaca Camila Martins, diretora

de marketing e comercial do Grupo Cataratas.

Já no Cristo Redentor, a Paineiras Corcovado (serviço oficial de transporte), registrou recorde de visitação em fevereiro com crescimento de 40% versus o ano anterior, registrando 143 mil visitantes. Os turistas estrangeiros somaram 31.652, correspondendo a 23% da visitação total, com a maioria vindo da Argentina, Chile e Estados Unidos.

Os dados refletem a retomada do turismo inter-

nacional e são confirmados pelo avanço da gestão turística nacional. Segundo informações da Embratur e do Ministério do Turismo, o Brasil tem alcançado importantes metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo (PNT), contribuindo para o aumento do fluxo de visitantes estrangeiros e a ampliação das experiências ofertadas no país. A modernização da infraestrutura e as estratégias de promoção têm sido determinantes para esse crescimento.

Indústria tem nível mais alto de maturidade estratégica em tecnologia

Uma pesquisa realizada pela KPMG apontou que 76% das empresas de produção industrial dizem que a força de trabalho tem apetite por adotar tecnologias de ponta. Essa é a maior proporção entre os oito setores participantes do estudo que mostrou que as organizações manufatureiras tendem a estar no estágio mais alto de maturidade estratégica na maior parte das nove categorias de tecnologia que foram mensuradas pelo levantamento. O estudo é um recorte da pesquisa global que contou com a colaboração de 2.450 executivos de 26 países, dos quais 368 representantes são do setor de mercados industriais.

O levantamento revelou ainda que 80% dos entrevistados do setor de produção industrial impulsionam a inovação estratégica e capitalização de tendências de mercado com o uso da inteligência artificial, 76% das empresas demonstram interesse em aderir a transformação digital e 34% disseram que têm um retorno sobre investimentos (ROI) para as organizações.

“O relatório mostrou que as empresas de produção industrial estão na linha de frente dessa transformação, mostrando os mais altos níveis de maturidade digital em várias categorias em comparação com outros setores. Este relatório serve como um

recurso crítico para o entendimento do estado atual da adoção digital no setor e das medidas estratégicas necessárias para um contínuo avanço. Dessa forma, o segmento poderá explorar o potencial da inteligência artificial, principalmente, na tomada de decisão”, explica a sócia-líder do setor de mercados industriais da KPMG no Brasil, Flávia Spadafora.

De acordo com o documento intitulado “Pesquisa Global sobre Tecnologia da KPMG 2024 — dados sobre mercado industrial” (do inglês, Global Tech Report 2024: Industrial Manufacturing Insights), 89% dos executivos buscam orientações sobre o uso da inteligência

artificial, 85% seguem os concorrentes e 72% dizem que as organizações estão satisfeitas com o valor gerado nos investimentos em tecnologia.

“Para entender a inteligência artificial, é importante trabalhar a cultura da inovação nas empresas. O alcance da maturidade pode levar um tempo, pois será necessário investir em capacitação tecnológica, aprendizado de máquina e transformação de dados. Para otimizar o uso das novas tecnologias, as fabricantes industriais precisam combinar a melhor produção com o digital para ter destaque no mercado e obter uma nova vantagem competitiva”, conclui a sócia.

Vendas em bares e restaurantes cresceram 3,2% em dezembro

Levantamento realizado pela Associação Nacional de Restaurantes (ANR), em parceria com a Future Tank, revelou que a receita real do setor de alimentação, liderado por bares e restaurantes, registrou um crescimento de 3,2% em dezembro de 2024 em comparação com o mesmo mês de 2023. O dado já considera a inflação, refletindo o desempenho positivo do setor. Este foi o 14º mês consecutivo de alta, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE.

No acumulado de 2024, o setor de alimentação apresentou um crescimento real de 5,5% em relação ao ano anterior, reforçando a recuperação e expansão do segmento. Além disso, o bom desempenho do setor de alimentação teve um impacto significativo no avanço do setor de serviços como um todo, que cresceu 3,1% em 2024.

Ainda segundo a ANR e a Future Tank, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor de restaurantes no Brasil fechou

5.991 postos de trabalho em dezembro, revertendo a sequência de nove meses positivos. O desempenho no mês foi inferior ao registrado em dezembro de 2023, quando houve o fechamento de apenas 507 vagas. No entanto, no acumulado de 2024, o saldo foi positivo com a geração de 47.208 empregos formais.

O resultado negativo de dezembro foi impulsionado pelo fechamento de vagas em 18 das 27 unidades da federação. Os estados que mais contribuíram para a retração foram São Paulo (-3.152), Paraná (-1.222) e Rio Grande do Sul (-1.192). Entre os nove estados que tiveram saldo positivo de contratações no mês, os destaques são Bahia (867), Santa Catarina (457) e Alagoas (194).

A retração observada em dezembro era esperada devido a uma série de fatores. As incertezas do cenário político e econômico geraram apreensão por parte dos empresários, levando muitos a segurarem investimentos e contratações. Além disso, as empresas que estão em expansão en-

frentam dificuldades para contratar. Além do Brasil manter uma taxa de desemprego preocupante, o varejo absorve grande parte da mão de obra temporária durante o mês de dezembro. Outro fator relevante é o aumento dos custos dos alimentos e a redução do poder aquisitivo das famílias, o que impacta diretamente o consumo e dificulta a contratação e ocupação de vagas, mesmo para aqueles que buscam expandir seus negócios.

Apesar da retração em dezembro, o setor acumulou saldo positivo no ano, gerando mais empregos em 26 das 27 unidades da federação. São Paulo liderou as contratações, com 13.617 novos postos de trabalho, seguido por Rio de Janeiro (6.750) e Minas Gerais (4.450). O Rio Grande do Sul teve o pior desempenho anual, com o fechamento de 2.461 vagas, reflexo das enchentes ocorridas entre abril e maio.

O resultado positivo de 2024 ficou abaixo do desempenho de 2023, quando o setor registrou a criação de 71.495 empregos. A de-

saceleração do ritmo de contratações indica desafios para o setor que segue atento às oscilações econômicas e ao impacto de eventos climáticos em algumas regiões do país.

“O setor de restaurantes continua sendo um grande gerador de empregos no Brasil, mesmo diante das adversidades. A retração observada em dezembro era esperada e o saldo positivo ao longo do ano demonstra a resiliência do segmento. Para 2025, será fundamental acompanhar o cenário econômico e buscar políticas que incentivem a manutenção e ampliação dos postos de trabalho”, avalia Fernando Blower, diretor-executivo da ANR.

O setor de bares e restaurantes segue registrando crescimento na remuneração dos trabalhadores. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta ontem pelo IBGE, os salários médios atingiram um novo recorde pelo terceiro trimestre consecutivo, chegando a R\$ 2.194.

KOVR SEGURADORA S/A - CNPJ: 42.366.302/0001-28

11. Títulos e créditos a receber

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Dividendos e juros sobre o capital própria a receber, Ressarcimentos, Outros créditos a receber, Total, Circulante, Não circulante.

12. Créditos tributários e previdenciários

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Impostos e contribuições sobre o lucro, Crédito de IRPJ sobre base negativa, Crédito de CSLL sobre base negativa, etc.

Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças temporárias

Table with columns for IRPJ, CSLL, Total for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Provisões despesas operacionais, Ajuste de avaliação patrimonial, Total.

Table with columns for IRPJ, CSLL, Total for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Movimento, Imposto de renda, Provisões despesas operacionais, etc.

Table with columns for IRPJ, CSLL, Total for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Estimativa de realização dos créditos tributários de diferenças temporárias, Até 2 anos, Total.

13. Depósitos judiciais e fiscais

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Depósitos judiciais de sinistros, Depósitos judiciais trabalhistas, etc.

14. Custos de aquisição diferidos: a) Composição dos custos de aquisição diferidos:

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0171 - Riscos Diversos, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0171 - Riscos Diversos, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0171 - Riscos Diversos, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0171 - Riscos Diversos, etc.

15. Investimentos: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os investimentos estão apresentados como segue:

Table with columns for Participação no capital, Número de ações, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Resultado Equivalência Patrimonial, Dividendos, Ajuste TVM controladas, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

16. Intangível: Trata-se de projetos da área de tecnologia para desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas da Companhia.

Table with columns for Softwares, Taxas de Amortização, Custo, Amortização Acumulada, Valor líquido em 31/12/2024.

Table with columns for Softwares, Taxas de Amortização, Custo, Amortização Acumulada, Valor líquido em 31/12/2023.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Circulante, Não circulante, b) Impostos e encargos sociais a recolher.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Circulante, Não circulante, c) Encargos trabalhistas.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Circulante, Não circulante, d) Impostos e contribuições.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0171 - Riscos Diversos, 0775 - Garantia - Setor Público, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0118 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for Comissão direta, Comissão RVNE, Comissão cosseguro aceito, Total for 31/12/2023. Rows include Ramos, 0977 - Prestamista, 0982 - Acidentes Pessoais, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0171 - Riscos Diversos, 1377 - Prestamista, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0171 - Riscos Diversos, 0993 - Vida, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ramos, 0114 - Compreensivo Residencial, 0116 - Compreensivo Condomínio, etc.

KOVR SEGURADORA S/A - CNPJ: 42.366.302/0001-28

TABELA DE DESENVOLVIMENTO DOS SINISTROS

Table with columns: Incorrido (+) IBNR, dez/2019, dez/2020, dez/2021, dez/2022, dez/2023, dez/2024. Rows include Bruto de Resseguro - Administrativos and Bruto de Resseguro - Judiciais.

Table with columns: Provisão de sinistro em 31/12/2024, Sobre/Falta acumulada (R\$), Sobre/Falta acumulada (%). Rows include Bruto de Resseguro - Administrativos and Bruto de Resseguro - Judiciais.

Table with columns: Incorrido (+) IBNR, dez/2019, dez/2020, dez/2021, dez/2022, dez/2023, dez/2024. Rows include Bruto de Resseguro - Administrativos and Bruto de Resseguro - Judiciais.

Table with columns: Provisão de sinistro em 31/12/2024, Sobre/Falta acumulada (R\$), Sobre/Falta acumulada (%). Rows include Bruto de Resseguro - Administrativos and Bruto de Resseguro - Judiciais.

Table with columns: Incorrido (+) IBNR, dez/2019, dez/2020, dez/2021, dez/2022, dez/2023, dez/2024. Rows include Líquido de Resseguro - Administrativos and Líquido de Resseguro - Judiciais.

Table with columns: Provisão de sinistro em 31/12/2024, Sobre/Falta acumulada (R\$), Sobre/Falta acumulada (%). Rows include Líquido de Resseguro - Administrativos and Líquido de Resseguro - Judiciais.

Table with columns: Incorrido (+) IBNR, dez/2019, dez/2020, dez/2021, dez/2022, dez/2023, dez/2024. Rows include Líquido de Resseguro - Administrativos and Líquido de Resseguro - Judiciais.

Table with columns: Provisão de sinistro em 31/12/2024, Sobre/Falta acumulada (R\$), Sobre/Falta acumulada (%). Rows include Líquido de Resseguro - Administrativos and Líquido de Resseguro - Judiciais.

20.5 Sinistros judiciais: a) Composição dos processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados:

Table with columns: Probabilidade de perda, Valor Reclamado, Valor Provisionado, Quantidade de ações, Valor Reclamado, Valor Provisionado, Quantidade de ações. Rows include Sinistros, Cíveis, Possível, Total.

21. Provisões judiciais: As ações cíveis, impetradas por segurados ou beneficiários de seguros, são relacionadas, em sua maioria, a questões envolvendo a existência de sinistro e a cobertura securitária, que são fatores determinantes do dever de pagar ou não a indenização contratada.

Table with columns: Probabilidade de perda, Valor Reclamado, Valor Provisionado, Quantidade de ações, Valor Reclamado, Valor Provisionado, Quantidade de ações. Rows include Cíveis, Possível, Total, Trabalhista.

22. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 43.611 (R\$ 43.611 em 2023) e está representado por 32.936 ações (32.936 ações em 2023) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, correspondendo a um voto na assembleia geral.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios, Reserva legal (5% - máximo 20% capital social), Dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos distribuídos com reservas de lucros, Total dividendos distribuídos.

22.1 Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e Capital Mínimo Requerido - CMR:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Patrimônio Líquido, Prêmios emitidos, Prêmios de coseguros aceitos, Prêmios de coseguros cedidos, Prêmios de riscos vigentes não emitidos, Variações das provisões técnicas de prêmios, Outras provisões, Sinistros ocorridos, Custos de aquisição, Outras receitas e despesas operacionais, Resultado com resseguro, Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Despesas administrativas, Despesas com tributos, Resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado patrimonial, Ganhos ou perdas com ativos não correntes, Imposto de renda e contribuição social.

Table with columns: Descrição, Resultado antes dos Tributos e após participações, Lucro real antes das compensações, Base de cálculo, Tributos Calculado a taxa nominal, Despesa/Receita Contabilizada, Taxa Efetiva. Rows include Resultado antes dos Tributos e após participações, Lucro real antes das compensações, Base de cálculo, Tributos Calculado a taxa nominal, Despesa/Receita Contabilizada, Taxa Efetiva.

Table with columns: Descrição, Resultado antes dos Tributos e após participações, Lucro real antes das compensações, Base de cálculo, Tributos Calculado a taxa nominal, Despesa/Receita Contabilizada, Taxa Efetiva. Rows include Resultado antes dos Tributos e após participações, Lucro real antes das compensações, Base de cálculo, Tributos Calculado a taxa nominal, Despesa/Receita Contabilizada, Taxa Efetiva.

Table with columns: Contas Bancárias - Banco Master, Outras Aplicações - Kover Capitalização S/A, Créditos a Receber - Kover Capitalização S/A, Créditos a Receber - Kover Previdência S.A., Títulos de capitalização - Kover Capitalização S.A., Dividendos a receber - Kover Capitalização S/A, Obrigações a pagar - Kover Participações S/A, Obrigações a pagar - Kover Previdência S.A., Obrigações a pagar - Kover Capitalização S.A., Títulos de capitalização - Kover Capitalização S.A., Remuneração da administração. Rows include Contas Bancárias - Banco Master, Outras Aplicações - Kover Capitalização S/A, Créditos a Receber - Kover Capitalização S/A, Créditos a Receber - Kover Previdência S.A., Títulos de capitalização - Kover Capitalização S.A., Dividendos a receber - Kover Capitalização S/A, Obrigações a pagar - Kover Participações S/A, Obrigações a pagar - Kover Previdência S.A., Obrigações a pagar - Kover Capitalização S.A., Títulos de capitalização - Kover Capitalização S.A., Remuneração da administração.

Table with columns: Diretoria Executiva, Atuário Responsável, Contador Responsável. Rows include Thiago Coelho Leão de Moura, Eduardo Viegas Silva, Miguel Gomes da Silva Neto, Luiz Rennó Netto, Marcos Falcão, Sergio Luiz Matias.

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da KOVR Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2025. Eder Gerson Aguiar de Oliveira - Atuário MIBA 630, ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087, CNPJ 06.114.280/0001-45 - Sede Própria: Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 - POA/RN.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

Aos Administradores e Acionistas da KOVR Seguradora S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da KOVR Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da KOVR Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido durante o curso de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras individuais e os valores redutores da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras individuais. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras individuais: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras individuais com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras individuais são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras individuais. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras individuais como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis materiais utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe inter-relação relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em conexão à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2025. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-027685/O-0 F SP Carolina Maciel Messias dos Santos Contadora - CRC 1SP244301/O-8